



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**

LEI Nº 319/2016

DISPÕE SOBRE COMO SERÃO APLICADAS AS VERBAS ORIUNDAS DO PROCESSO Nº 0006727-90.2007.4.05, COMO TODOS OS PROCESSOS REFERENTES À DIFERENÇA REPASSE DO FUNDEF, ATUAL FUNDEB, ATENDENDO OS PRECEITOS LEGAIS DA LEI Nº 11.494, DE 20 DE JULHO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As verbas provenientes do processo em tramitação nº 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos referentes as diferenças dos repasses do FUNDEF, atenderão as normas legais da lei nº 11.494, de 20 de Julho de 2007.

§ 1º - Os recursos provenientes do processo nº 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos referentes às diferenças dos repasses do FUNDEF, serão utilizados pelo Município, no exercício financeiro em que lhe forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para educação básica pública, conforme disposto no art. 70, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

§ 2º - A percentagem de 60%, (sessenta por cento) dos valores totais oriundo do processo em tramitação nº 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos referentes as diferenças dos repasses do FUNDEF, serão rateados em partes iguais entre os profissionais do magistério, integrantes do quadro efetivo da educação básica municipal, em efetivo exercício, bem como entre os professores aposentados que se encontravam no efetivo exercício durante o período de 05 de Julho de 2002 até a data de extinção do FUNDEF.

§ 3º- Será instituída uma comissão formada pó 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) representante do Ministério Público; 01 (um) representante do Poder Executivo; 01 (um) representante do Sindicato da categoria; 02 (dois) professores do quadro efetivo, para o



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**

acompanhamento, fiscalização e controle, referente ao cumprimento do disposto nesta Lei, em relação à aplicação da totalidade dos recursos provenientes do processo em tramitação nº 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos inerentes as verbas do FUNDEF.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 16 de setembro de 2016.


EDGAR GAMA
Prefeito







DIÁRIO OFICIAL

Imprensa Oficial do Município de Belém, Paraíba
Criado pela Lei Municipal n.º 067/93, de 25 de Agosto de 1993

Ano XXIV

Belém, PB, 13 de Setembro de 2016

Edição Mês Setembro

<p style="text-align: center;"> ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM</p> <p>LEI Nº 318/2016</p> <p style="text-align: center;">ESTABELECE PROCEDIMENTO E MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA CASOS DE VIOLÊNCIA E AMEAÇA CONTRA O PROFESSOR, DIRETOR E INSPECTOR DE ALUNO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PROVENIENTE DA RELAÇÃO DE ENSINO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º O professor, diretor, e inspetor de aluno, da rede municipal de ensino em qualquer nível, terão medidas protetivas, para os casos de violência oriunda de relação de educação.</p> <p>Art. 2º Qualquer ação ou omissão decorrente da relação de ensino que cause insegurança, lesão corporal, dano moral, dano patrimonial ou ameaça configura violência praticada direta ou indiretamente por alunos ou seus responsáveis legais, contra professor, diretor ou inspetor de aluno, face ao exercício de sua profissão.</p> <p>Art. 3º Configurada a violência ou ameaça contra professor, diretor ou inspetor de aluno, o agente e seus responsáveis, serão imediatamente convocados pela (s) Diretora (s) da unidade escolar e submetidos a avaliação de conduta disciplinar, quando o fato não caracterizar ato infracional.</p> <p>Art. 4º No caso de ato infracional será aconduzida a unidade Policial Militar ou Civil, para a elaboração de Boletim de Ocorrência e condução das partes para as providências decorrentes, na Delegacia de Infância e Juventude, no Ministério Público ou Poder Judiciário.</p> <p>Art. 5º Constitui ameaça o ato escrito, falado, por gesto, por telefone, mensagem eletrônica, direcionado ao professor, diretor ou inspetor de aluno.</p> <p>Art. 6º Quando o ato de violência ou ameaça ocorrer entre os alunos, serão tomadas providências análogas às praticadas contra professor, diretor ou inspetor de aluno.</p> <p>Art. 7º A conduta disciplinar do aluno praticante do ato de violência ou ameaça, será avaliada por uma comissão composta do Diretor (a), 2 (dois) representantes dos professores, 2 (dois) representantes dos pais e 1 (um) representante dos alunos.</p> <p>Art. 8º Decorrente da avaliação disciplinar, a comissão poderá aplicar ao aluno praticante da violência ou ameaça os seguintes procedimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> I - advertência verbal; II - advertência por escrito; 	<p style="text-align: center;"> ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM</p> <p>LEI Nº 319/2016</p> <p style="text-align: center;">DISPÕE SOBRE COMO SERÃO APLICADAS AS VERBAS ORIUNDAS DO PROCESSO N.º 0006727-90.2007.4.05, COMO TODOS OS PROCESSOS REFERENTES À DIFERENÇA REPASSE DO FUNDEF, ATUAL FUNDEB, ATENDENDO OS PRECEITOS LEGAIS DA LEI Nº 11.494, DE 20 DE JULHO DE 2007, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º - As verbas provenientes do processo em tramitação n.º 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos referentes às diferenças dos repasses do FUNDEF, atenderão as normas legais da lei n.º 11.494, de 20 de Julho de 2007.</p> <p>§ 1º - Os recursos provenientes do processo n.º 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos referentes às diferenças dos repasses do FUNDEF, serão utilizados pelo Município, no exercício financeiro em que lhe forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para educação básica pública, conforme disposto no art. 70, da Lei n.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.</p> <p>§ 2º - A percentagem de 60% (sessenta por cento) dos valores totais oriundo do processo em tramitação n.º 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos referentes às diferenças dos repasses do FUNDEF, serão rateados em partes iguais entre os profissionais do magistério, integrantes do quadro efetivo da educação básica municipal, em efetivo exercício, bem como entre os professores aposentados que se encontravam no efetivo exercício durante o período de 05 de Julho de 2002 até a data de extinção do FUNDEF.</p> <p>§ 3º - Será instituída uma comissão formada por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) representante do Ministério Público; 01 (um) representante do Poder Executivo; 01 (um) representante do Sindicato da categoria; 02 (dois) professores do quadro efetivo, para o</p>
<p style="text-align: center;"> ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM</p> <ol style="list-style-type: none"> III - afastamento temporário da sala de aula por até 5 (cinco) dias: na casa ou recinto da escola; IV - transferência consensual, mediante anuência dos pais; V - transferência por decisão judicial. <p>Art. 9º Além do cometimento da violência ou ameaça, o aluno será submetido a avaliação disciplinar, quando constar feitas ou ocorrências disciplinares graves, entre outras:</p> <ol style="list-style-type: none"> I - reincidência na indisciplina; II - brigas; III - brincadeiras de mau gosto com consequências irreparáveis; IV - dano às aulas, intencionalmente, ficando nas imediações da Escola Municipal; V - estimular colegas a faltas coletivas; VI - desrespeito aos professores ou funcionários; VII - falsificação de documentos e/ou assinaturas; VIII - desrespeito à integridade moral; IX - dano ao patrimônio da escola municipal; X - saída da escola municipal sem permissão; <p>Art. 10. As escolas municipais desenvolverão mecanismos internos de solução de conflitos entre professor, diretor e inspetor de alunos e encaminhando, quando necessário, as partes envolvidas para atendimento multidisciplinar, integradas das áreas psicossocial e de saúde, para prestação de assistência, na rede da Secretaria de Saúde do Município.</p> <p>Art. 11. Fica sob a responsabilidade do corpo docente das respectivas escolas municipais, realizarem reuniões com os alunos e pais para esclarecer os procedimentos da presente Lei.</p> <p>Art. 12. Caberá à Secretaria Municipal de Educação, por meio de ato próprio, baixar as demais normas visando o cumprimento da presente Lei.</p> <p>Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p style="text-align: center;">Belém, 10 de setembro de 2016.</p> <p style="text-align: center;"> EDGAR GAMA Prefeito</p>	<p style="text-align: center;"> ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM</p> <p>acompanhamento, fiscalização e controle, referente ao cumprimento do disposto nesta Lei, em relação à aplicação da totalidade dos recursos provenientes do processo em tramitação n.º 0006727-90.2007.4.05, como todos os processos inerentes às verbas do FUNDEF.</p> <p>Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.</p> <p>Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p style="text-align: center;">Belém, 10 de setembro de 2016.</p> <p style="text-align: center;"> EDGAR GAMA Prefeito</p>